

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO****SGPDOC - Sistema de Gestão de Processos e Documentos**

PROCESSO CONSELHO SUPERIOR	0000006700/1	2018
INTERESSADO:	Coordenação do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores	
ASSUNTO:	Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado no período de agosto de 2017 a janeiro de 2018. Relator : Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira	
CAPA:	CSDP 444/18 (01.01.01.02)	
MUNICÍPIO:	São Paulo SP	
ABERTURA:	29/6/2018	VOLUMES: 1
UNIDADE:	CONSELHO SUPERIOR	

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEFENSOR PÚBLICO-GERAL PRESIDENTE DO EGRÉGIO CONSELHO
SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

O **NÚCLEO ESPECIALIZADO DE SEGUNDA INSTÂNCIA E TRIBUNAIS SUPERIORES**, por meio de seus/suas Coordenadores/as abaixo subscritos, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fundamento no inciso IV, art. 18, da Deliberação CSDP nº. 38 e inciso IV, art. 15, da Deliberação CSDP nº 156, apresentar o seu **RELATÓRIO SEMESTRAL DE ATIVIDADES**, referente ao período de agosto de 2017 a janeiro de 2018.

São Paulo, 29 de junho de 2018.


JOÃO HENRIQUE IMPERIA MARTINI
DEFENSOR PÚBLICO COORDENADOR DO NÚCLEO ESPECIALIZADO
DE SEGUNDA INSTÂNCIA E TRIBUNAIS SUPERIORES


MAIRA FERREIRA TASSO
DEFENSORA PÚBLICA COORDENADORA DO NÚCLEO ESPECIALIZADO
DE SEGUNDA INSTÂNCIA E TRIBUNAIS SUPERIORES

05 001 8884 134 04 8083405 04112800 11250000 8083 8102/406/62

RELATÓRIO SEMESTRAL

1. Apresentação

2. Estrutura pessoal do NSITS

2.1. Membros/Colaboradores

2.2. Servidores/Estagiários (São Paulo)

2.3. Servidores/Estagiários (Brasília)

3. NSITS em números – São Paulo

4. NSITS em números – Brasília

5. Atividades diversas

5.1. São Paulo

5.2. Brasília

6. Devolutiva ao CSDP acerca do projeto de Coordenação do NSITS

7. Observância das atribuições regimentais

1. Apresentação

Trata-se do **terceiro** relatório semestral apresentado por esta Coordenação do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores.

O objetivo do documento, seguindo a normativa em referência, é revelar o trabalho desenvolvido pelo Núcleo no período entre **agosto/17 a janeiro/18**. Da mesma forma como se procedeu em relação aos dois primeiros relatórios semestrais, foram incluídos no material, além dos dados numéricos, as principais ações desenvolvidas pelos membros/as (em São Paulo e por meio do escritório de representação em Brasília), sempre à luz das atribuições previstas no seu Regimento Interno.

Sem embargo, o formato ora utilizado é o mesmo que foi adotado nos dois primeiros relatórios semestrais, ambos aprovados por unanimidade pelo Nobre Conselho Superior da Defensoria Pública. A propósito, no bojo do processo CSDP nº 478/2017, o Exmo. Conselheiro Relator fez constar:

“Inicialmente, importante frisar que este relatório não seguiu o modelo previsto na Deliberação CSDP 83, que traz modelo padronizado para a apresentação de relatório semestral pelos Núcleos Especializados. Não houve, também, justificativa específica para o afastamento do relatório aqui apresentado do modelo já deliberado. Contudo, no entender deste relator, o modelo contido na Deliberação 83 deve servir, especialmente, como uma orientação aos coordenadores dos núcleos, trazendo o que – no mínimo – deve figurar nos relatórios semestrais. Ademais, com as vênias de estilo, devem ser consideradas as especificidades de cada Núcleo Especializado da Instituição e, a utilização de um modelo ‘fixo’ para a apresentação dos relatórios, exige informações que podem ser consideradas inúteis ou mesmo inexistentes para alguns Núcleos, ao mesmo tempo que são essenciais para outros. Ainda mais quando estamos analisando o relatório semestral do Núcleo de Segunda Instância e Tribunais Superiores, que sabidamente tem sua rotina a forma de reuniões e atuação distantes da maioria dos outros Núcleos da Defensoria Pública. Porém, ainda que não se entenda desta forma, após a análise do relatório apresentado, verifiquei que muito embora não se uso o modelo proposto pela deliberação já citada, como veremos a seguir, contém este relatório praticamente as mesmas informações lá exigidas, a despeito de não estarem essas informações dispostas da forma requerida pelo modelo normalmente utilizado. **Mas não é só. O modelo aqui apresentado, também na opinião deste relator, é mais**

didático que o modelo previsto na Deliberação 83 e traz mais informações que aquele. Isso porque este relatório, já de acordo com seu índice, tem uma breve apresentação da forma de exibição dos dados, traz também a estrutura pessoal do NSITS, subdivididas em **Membros/Colaboradores, Servidores e Estagiários de São Paulo, e ainda Servidores e Estagiários de Brasília**. Em seguida, **exibe muito detalhadamente os números do NSITS em São Paulo e em Brasília, as atividades diversas do núcleo e, inusitadamente, expõe uma devolutiva a este Conselho acerca do Projeto de Coordenação do Núcleo, demonstrando cada proposta e o atual estágio quando a sua implementação. Por fim, traz ainda o relatório as atribuições regimentais do NSITS com a respectiva atividade do núcleo para seu cumprimento legal**. Por tudo isso, muito embora não haja o seguimento estrito da Deliberação CSDP 83, entendo que o atual relatório traz todas as informações necessárias para a análise por este Colegiado, motivo pelo qual não observo qualquer irregularidade na forma de apresentação”. (Grifo nosso)

A formatação que ora é reiterada objetiva, como se fez consignar no último relatório, a racionalização da apresentação e a sua adequação às atividades do NSITS, que em muito se diferenciam das atividades dos demais respeitáveis Núcleos Especializados temáticos.

É dizer, o presente formato, s.m.j, observa a integralidade do conteúdo exigido pela Deliberação CSDP nº 83 de 27 de junho de 2008 e ainda acrescenta outros dados para permitir a exata compreensão da atividade peculiar/instrumental deste Núcleo.

Desde o primeiro relatório desta Coordenação, no que foi possível, houve a padronização da apresentação dos dados de São Paulo e de Brasília, além de detalhamento das ações do Núcleo. Inseriu-se, uma vez mais, a devolutiva ao Conselho Superior a respeito do Projeto de Coordenação, importante ferramenta que permite aos/às Excelentíssimos/as Conselheiros/as apreciarem os avanços das ações e eventuais dificuldades/obstáculos encontradas nas suas implementações.

De mais a mais, assim como nos dois primeiros relatórios, respeitosamente, excluimos as questões referentes ao patrimônio do Núcleo (p. ex. quantidade de impressoras; computadores etc), pois reputamos que são questões administrativas sob a gestão da Administração Superior e, por isso, verificáveis a qualquer momento por seus órgãos, bem como pelo E. Conselho Superior, sem prejuízo de o Núcleo estar à

disposição para prestar eventuais esclarecimentos. Até porque, s.m.j, trata-se de informação nem mesmo exigida pela Deliberação CSDP nº 83/2008.

Por oportuno, uma vez mais se esclarece que este NSITS, em atenção à orientação da Administração Superior (tendente à contenção de despesas) e, considerando que já conta com a presença de seus/suas membros/as nas escalas mensais, justificadamente, não tem realizado reuniões mensais com seus/suas integrantes. No intervalo de tempo abrangido por este relatório, por exemplo, realizamos apenas um encontro presencial no dia 24/11/2017. Apesar disso, todas as informações relevantes da atuação do Núcleo são compartilhadas e deliberadas, via e-mail e/ou aplicativo, com todos/as os/as seus/suas integrantes.

O NSITS segue à disposição, com o registro de que eventuais recomendações desse E. Conselho Superior serão, de pronto, observadas e incorporadas ao seu fluxo de trabalho.

2. Estrutura pessoal do NSITS - agosto de 2017 a janeiro de 2018

2.1 Membros/Colaboradores:

O Núcleo possui 16 vagas de membros/as e colaboradores/as, já considerados os dois cargos com afastamentos para o exercício da Coordenação, bem assim o cargo designado, com afastamento, para o escritório de Brasília. Os/as membros/as e colaboradores/as são escalados/as via DOE, em regra, para um dia de plantão, ocasião em que podem realizar sustentações orais, audiências de despachos com os/as Desembargadores/as e participar de outras diligências. **No período de agosto de 2017 a janeiro de 2018 pertenceram¹ aos quadros do Núcleo Especializado os/as seguintes Defensores/as Públicos/as:**

- Coordenador: João Henrique Imperia Martini.
- Coordenadora Auxiliar: Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho (desligamento da Coordenação Auxiliar, a pedido, em outubro de 2017).
- Coordenadora Auxiliar: Maira Ferreira Tasso (início em novembro de 2017).
- Membro designado pela Defensoria-Geral para representação em Brasília: Rafael Ramia Muneratti.

Defensores/as públicos/as membros/as e colaboradores/as:

- Alessandro Valério Follador
- Aluísio Lunes Monti Ruggeri Re (desligamento, a pedido, em agosto de 2017)
- Bruna Simões França (início em junho de 2017)
- Carolina Brambila Bega (desligamento, a pedido, em setembro de 2017)
- Danilo Mendes Silva de Oliveira
- Débora Cristina Pezzuto
- Douglas Schauerhuber Nunes (início em novembro de 2017)
- Fábio Jacyntho Sorge
- Fernando Rodolfo Mercês Moris
- Filovalter Moreira dos Santos Júnior
- Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho
- Luiz Rascovski
- Ricardo Fagundes Gouvea (início em outubro de 2017)

¹ O número é superior a 16 vagas, porque houve saída e ingresso de colegas. Foram considerados, no item, todos/as os/as Defensores/as Públicos/as que fizeram parte do Núcleo no período referente ao relatório semestral.

Defensores/as públicos/as colaboradores/as:

- Felipe Balduino Romariz
- João Felipe Belém Gouvea Reis
- Stéfanie Kornreich (desligamento, a pedido, em agosto de 2017)

2.2. Servidores/as e estagiários/as (São Paulo):

Oficiais e Oficialas de Defensoria: Há 03 cargos de Oficiais, embora, abaixo, estejam listadas cinco pessoas. Isso porque, foram computados todos/as os/as Oficiais que, no período, estiveram no Núcleo (ainda que posteriormente tenham saído). Registre-se, ademais, que a Oficiala Kelly pertence aos quadros da Administração Superior e, por excesso de demanda, a Primeira Subdefensoria Pública-Geral autorizou o exercício das suas funções no NSITS. Posteriormente, a Oficiala Talita veio a substituir a Oficiala Kelly, que se removeu para a Assessoria da Qualidade da Defensoria-Geral.

- Alexandre Dall' Ovo Thurmann
- Silvia Tioko Uemura
- Fábio Renato Florêncio de Almeida (início em outubro de 2017)
- Kelly Nepomuceno Leite Rodrigues (até 04 de dezembro de 2017)
- Talita Marques Aimola (início em 29 de novembro de 2017)

Estagiários/as de ensino médio: há 02 vagas.

- Raphael Silva da Costa (até dezembro de 2017)
- Guilherme Veríssimo Bezerra
- Sarah Caldas Silva (início em 22/01/2018 e pedido de desligamento em 23/01/2018)

Estagiários/as de Administração (ensino superior): há 04 vagas.

- Hilary Lima Vieira (até 12 de janeiro de 2018 – encerramento do estágio)
- Theyme Lima Sousa (até 23 de outubro de 2017 – encerramento do estágio)
- Michel Mayack (até fevereiro de 2018)
- Rubens Pereira Santos (até agosto de 2017)
- Luciana Alexandre dos Santos (a partir de setembro de 2017)
- Joice de Oliveira Marcelino (início em novembro de 2017)

Estagiários/as de Direito (ensino superior): há 04 vagas.

- Denise Landim Justino (até 22 de novembro de 2017 – transferência, a pedido, à Regional Central)
- Maria Fernanda Gonçalves (até dezembro de 2017)
- Amanda Carolina Paparella Avelino (a partir de outubro de 2017)
- Lucas Campano de Paula (a partir de outubro de 2017)
- Márcia Regina Dias Fernandes (a partir de dezembro de 2017)

2.3. Servidores/as e estagiários/as (Brasília):

Servidores/as:

- Wellington Elais Pereira - Assistente de Defensoria
- Tiago Medeiros Arrochela Taveira - Assistente Técnico I
- Marília Ibitinga Ferreira - Assistente Técnico II

Estagiária de Administração (ensino superior):

- Regiane Guimarães de Sousa (desligamento em razão do fim do contrato em setembro de 2017).

Funcionários/as terceirizados/as:

- Estevam Moreno Filho - motorista
- Rosineide Souza da Silva - Serviços Gerais - Limpeza e Copa

3. NSITS em números – SÃO PAULO

O NSITS, por construção histórica, recebe as pautas das sessões de julgamentos do TJSP e, na sequência, transmite aos/às Defensores/as Públicos/as naturais. Esclarece-se que o Núcleo não recebe intimações de acórdãos/decisões, à exceção de algumas decisões da Câmara Especial (fluxo de trabalho que já existia quando do início desta Coordenação).

- **Intimações recebidas pelo Núcleo (originárias do TJSP): 30.606**
 - Seção de Direito Criminal: 19.992
 - Seção de Direito Público: 1.486
 - Seção de Direito Privado: 1.036
 - Câmara Especial: 7.943
 - Colégio Recursal: 147
 - Câmara do Meio Ambiente: 2
- **Pedidos de sustentações orais formulados pelos/as Defensores/as Públicos/as: 183**
 - Em processos nas Câmaras de Direito Criminal: 106
 - Em processos nas Câmaras de Direito Público: 29
 - Em processos nas Câmaras de Direito Privado: 27
 - Em processos na Câmara Especial: 21
- **Sustentações orais realizadas: 89**
 - Em processos nas Câmaras de Direito Criminal: 46
 - Em processos nas Câmaras de Direito Público: 21
 - Em processos nas Câmaras de Direito Privado: 12
 - Em processos na Câmara Especial: 10
- **Resultados dos julgamentos com sustentações orais:**
 - **Favoráveis (total ou parcialmente): 19**
 - Em processos nas Câmaras de Direito Criminal: 12
 - Em processos nas Câmaras de Direito Público: 3
 - Em processos nas Câmaras de Direito Privado: 2
 - Em processos na Câmara Especial: 2
 - **Desfavoráveis: 49**
 - Em processos nas Câmaras de Direito Criminal: 25
 - Em processos nas Câmaras de Direito Público: 12
 - Em processos nas Câmaras de Direito Privado: 8
 - Em processos na Câmara Especial: 4
 - **Vista dos autos/Retirado de pauta: 21**
 - Em processos nas Câmaras de Direito Criminal: 9

- Em processos nas Câmaras de Direito Público: 6
- Em processos nas Câmaras de Direito Privado: 2
- Em processos na Câmara Especial: 4
- **Julgaram os recursos/ações prejudicados: 0**
 - Em processos nas Câmaras de Direito Criminal: 0
 - Em processos nas Câmaras de Direito Público: 0
 - Em processos nas Câmaras de Direito Privado: 0
 - Em processos na Câmara Especial: 0
- Sustentações orais não realizadas (por excesso na pauta; por incompatibilidade com a atuação estratégica ou por estarem prejudicadas): **65**
- Sustentações orais transformadas em preferência (por excesso na pauta; por indicação da Turma julgadora ou incompatibilidade com a atuação estratégica): **29**
- Pedidos de preferência formulados pelos/as Defensores/as Públicos/as: **62**
- Audiências com Desembargadores para despacho de liminares, recursos, ações e memoriais: **57**
- Acompanhamentos de processos: **275**
- Petições protocolizadas: **24**
- Memoriais distribuídos/despachados: **231**
- Manifestações em autos acerca do convênio DPE/OAB (manifestações e/ou nomeações): **60**
- Envio de informações processuais aos/às Defensores/as Públicos/as: **932**
- Envio de cópias de processos e de petições aos/às Defensores/as Públicos/as: **137**
- Atendimento geral (em regra, para recepção de intimações): **869**
- Diligências externas (p.ex. carga de autos, protocolo de petições, pesquisas, etc.): **1.212**

- SGPDOP's movimentados: **122**
- Reuniões realizadas pelos coordenadores:
 - Internas: 22
 - Externas: 13

4. NSITS em números – BRASÍLIA (dados apresentados pelo Defensor Público Dr. Rafael Ramia Muneratti)

- Intimações processadas (recebimento e envio aos/às Defensores/as Públicos/as):
16.508
 - STJ = 15.805
 - STF = 703
- Petições protocolizadas no STJ: 5.577
- Petições protocolizadas no STF: 263
- **Peças elaboradas pelo Núcleo: 525**
 - Petições diversas: 321
 - Agravos:
 - Regimentais: 58
 - Internos: 16
 - Reconsiderações: 1
 - Embargos de Declaração: 9
 - Embargos de Divergência: 0
 - *Habeas Corpus* (impetrados por assistidos e arrazoados pelo Núcleo): 62
 - Contrarrazões de Recurso Especial: 12
 - Agravo em Recurso Especial: 0
 - Recurso Extraordinário: 5
 - Agravo em Recurso Extraordinário: 1
 - Embargos de Declaração: 3
 - Embargos de Divergência: 0
 - Agravo Regimental: 1
 - Agravo Interno: 22
 - Recurso em Mandado de Segurança: 0
 - Manifestação em Homologações de Sentenças Estrangeiras: 0
 - Memoriais: 11
 - Contestação em Reclamação: 0

- Petições de ingresso como *amicus curiae*: 3
- Pedidos de audiências/sustentações orais formulados pelos/as Defensores/as Públicos/as: 26
- Audiências de despachos e sustentações orais realizadas:
 - Ministros/as STF = 2
 - Ministros/as STJ = 15
 - Conselheiros/as CNJ = 0
 - Sustentação oral no STF = 1
 - Sustentação oral no STJ = 8
 - Sustentação oral no CNJ = 0

Total = 17 audiências e 9 sustentações orais
- Resultados das sustentações orais:
 - Favoráveis (total ou parcialmente): 6
 - Desfavoráveis: 2
 - Vista dos autos/Retirado de pauta: 1
 - Prejudicado: 0
- Sustentações orais não realizadas (por incompatibilidade com a atuação estratégica): 0
- Acompanhamento de processos: 42
- Envio de informações processuais aos/às Defensores/as Públicos/as: 65
- Suporte (diversos) aos/às Defensores/as Públicos/as: 46
- Envio de cópias de processos e de petições aos/às Defensores/as Públicos/as: 2
- Reuniões realizadas:
 - Internas: 0
 - Externas: 5

5. ATIVIDADES DIVERSAS

5.1. SÃO PAULO:

- Comparecimento à solenidade de inauguração do escritório conjunto das Defensorias Públicas de São Paulo e Ceará, em Brasília, responsável pela atuação perante os Tribunais Superiores (28/06/2017);
- Eventos de representação do DPG no TJSP:
 - Dia 10/08/2018 – “TJSP homenageia a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco” (comemoração dos 190 anos da faculdade);
 - Dia 16/10/2017 – Seminário “Gestão de Precedentes”;
 - Dia 10/11/2017 – Posse solene dos Desembargadores Amable Lopez Soto e Marcos Gozzo.
- Em 31/10/2017, reunião com os Excelentíssimos Presidente, Vice-Presidente e Presidente da Seção de Direito Privado do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como com o Exmo. Defensor Público-Geral;
- Em 05/12/2017, evento no TJSP, “Desenvolvimento Paulista, compromisso com o Brasil”, acompanhando o Defensor Público-Geral;
- Em 21/09/2017, participação no evento da EDEPE, realizado no auditório da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que teve por expositor o Exmo. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Tema: “Novo Código de Processo Civil na Visão dos Tribunais”;
- 17.10.2017 - Visita de cortesia a Dra. Ana Cláudia Carvalho Vigliar, Defensora Pública atualmente desempenhando as suas funções perante a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo;
- **Atuação estratégica:** o NSITS, após solicitação do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM), prestou suporte com despacho de memoriais e realização de sustentações orais perante o TJSP, referente a alguns Habeas Corpus impetrados por suas Coordenadoras que diziam respeito ao argumento da não-recepção do art. 124, *caput*, do Código Penal;

- **Preparação da sala do Palácio para plantões judiciais:** embora não caiba ao Núcleo organizar e gerenciar os plantões judiciais de segunda instância, é certo que a sala do Palácio é utilizada para essa atividade. Assim, o Núcleo manteve o processo de trabalho por meio do qual, às vésperas de todos os feriados ou finais de semana, realiza a checagem dos itens e insumos de trabalho, preparando a sala para o adequado acolhimento dos/as Defensores/as Públicos/as plantonistas;
- **Julgamento Virtual na Câmara Especial do TJSP:** a pedido da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça (que preside a Câmara Especial), o NSITS, o NEIJ e a Assessoria Cível DPG, após reuniões/discussões internas e externas, apresentaram um fluxo de trabalho que permite a observância das prerrogativas da Defensoria Pública no sistema de julgamento virtual iniciado pela Câmara Especial. O Núcleo ficou com a função de receber as intimações para eventual oposição à adoção do procedimento virtual e encaminhá-las aos/às membros/as da carreira, o que tem sido feito. Previamente ao início do procedimento virtual, houve divulgação de Comunicado Conjunto esclarecendo os principais aspectos do novo fluxo de trabalho (Comunicado de 06/11/2017 – segue anexo);
- **Em construção:** por fim, o NSITS continua trabalhando, entre outros projetos, nos seguintes: construção de um sistema que possa aprimorar a tramitação de informações e documentos entre o Núcleo e os colegas (trabalho em parceria com a Primeira Subdefensoria Pública-Geral); formatação de fluxo de trabalho que permita a criação de um banco de Habeas Corpus impetrados pela DPESP, bem como que permita a gestão desses dados; construção do Plano de Atuação Estratégica e, por fim, a reformulação do Portal do Núcleo (em conjunto com a Assessoria de Comunicação da DPE).

5.2. BRASÍLIA (dados apresentados pelo Defensor Público Dr. Rafael Ramia Muneratti)

- 03/08/17 - Despacho com o Ministro Reynaldo Fonseca – HC 409.661 – STJ – infância infracional;
- 09/08/17 – Ingresso como *amicus curiae* no RESP 1.657.156 – STJ – fornecimento de medicamentos de alto custo;
- 10/08/17–Audiência Ministro Ribeiro Dantas – RCL 34.419 – STJ; e Audiência Min. Saldanha HC 410.833 – STJ.

- 14/08/17 - Reunião Dra. Patrícia – Secretária Geral do STF sobre o ARE 1.002.430 – protocolo de embargos de declaração em multa;
- 17/08/17 – Sustentação oral no HC 389.621 – 5ª Turma STJ – Ordem concedida – aplicação de redutor no tráfico;
- 22/08/17 – Sustentação oral no RMS 51.511 – 6ª Turma – Ordem concedida – abandono de plenário – Caso Lúcio;
- 30/08/17 – Comparecimento a cerimônia de inauguração da sede da Defensoria Pública de MG e da BA em Brasília – representando o DPG;
- 05/09/17 – Participação no Programa Art. 5º da TV Justiça sobre o tema Doenças no sistema carcerário;
- 12/09/17 – Participação em Reunião ordinária do GAETS;
- 13/09/17 – Audiência Ministro Reynaldo Fonseca – HC 359.374 – HC 411.042 e HC 409.661;
- 19/09/17 – Sustentação oral no RESP 1.667.628 – 2ª Turma – sobre aplicação da súmula 421 – Defensoria como recorrida – não conhecido o recurso especial da Fazenda e mantida a condenação em honorários para a DPSP;
- 18/09/17 – Reunião com a Vice-Presidente da ANADEP – Dra. Thaísa;
- 20/09/17 – Audiência Ministro Reynaldo Fonseca sobre elaboração de súmula sobre fiança;
- 26/09/17 – Sustentação oral no HC 395.618 – 5ª Turma – ordem concedida – fiança – formulação de pedido da tribuna para elaboração de súmula;
- 27/09/17 – Reunião com o Presidente do CONDEGE – Dr. Cleriston – entre outros assuntos ingresso como amicus no HC das mulheres presas gestantes e mães;
- 27/09/17 – Audiência Ministro Ribeiro Dantas – RMS 54.183 – abandono de plenário;

- 26/09/17 – Acompanhamento e preferência no julgamento do RESP 1.651.165 – 3ª Turma – Defensoria Pública como Curador Especial;
- 03/10/17 – Sustentação oral no HC 412.866 – 6ª Turma – ordem denegada – liberdade provisória;
- 03/10/17 – Ingresso com *amicus curiae* no HC 143.641 – STF – mães e gestantes presas provisoriamente;
- 20/10/17 – Palestra proferida na Defensoria do Estado do Maranhão sobre Execução Penal nos Tribunais Superiores;
- 24/10/17 – Audiência com Ministra Regina Helena Costa – STJ – embargos no caso Pinheirinho;
- 25/10/17 – Audiência Ministro Ricardo Lewandowski sobre o pedido de *amicus curiae* no HC 143.641 – Coletivo mulheres presas gestantes e mães;
- 26/10/17 - Audiência com Min. Nefi Cordeiro – apresentação do GAETS;
- 30/10/17 – Audiência com Min. Napoleão Nunes – STJ – processos sobre medicamentos;
- 28/11/17 – Sustentação oral no RESP 1.701.695 – 2ª Turma – dado provimento – Caso Pinheirinho – Agravo de instrumento deve ser conhecido pelo rito do CPC/15;
- 27/11/17 – Audiência com Ministro Rogério Schietti acompanhado do DPG – sugestão de súmulas;
- 05/12/17 – Sustentação oral no HC 124.064 – 1ª Turma STF – denegado – período depurador maus antecedentes;
- 12/12/17 – Reunião no Conselho Federal da OAB sobre ingresso como *amicus curiae* na ADPF 469 – sobre a descriminalização do desacato;
- 13/12/17 – Sustentação oral no RESP 1.643.859 – Repetitivo do Pinheirinho – provido por unanimidade – Fixação da competência da Vara da Faz Pública para processamento dos pedidos de indenização;

- 20/12/17 – Recesso - Despacho com a Presidência do STJ no HC 431.244;
- 20/12/17 – Recesso – Solicitação de expedições de ofícios do STF no HC 151.523;
- 16/01/18 – Despacho com a Presidência do STJ no HC 433.040 – pedido de liminar – mãe presa com filho recém-nascido;
- 30/01/18 – Ingresso como *amicus curiae* na ADI 5.874 – sobre o indulto de 2017.

6. DEVOLUTIVA AO CSDP ACERCA DO PROJETO DE COORDENAÇÃO DO NSITS

Um dos principais eixos e valores dessa Coordenação do NSITS é a transparência. Em agosto de 2016, objetivando assumir a Coordenação do Núcleo, apresentamos propostas ao E. Conselho Superior, consubstanciadas em um projeto de atuação. Logo, a cada relatório semestral, entendemos ser adequado informar aos/às Excelentíssimos/as Conselheiros/as (e à carreira) o atual andamento de cada proposta, assim como já fizemos nos dois primeiros relatórios semestrais. As propostas que ainda não foram iniciadas, serão brevemente justificadas:

PROPOSTAS	ANDAMENTO
Adotar uma política padronizada de gestão de dados referente à atuação da Defensoria Pública perante o TJSP, STJ e STF. A partir da gestão de dados, será possível: - Mapear o quantitativo da atuação da Defensoria Pública no TJSP, em todas as áreas de atuação; - Auxiliar na discussão sobre o formato da atuação da instituição em segunda instância; - Identificar o aspecto temporal de julgamento dos recursos e das ações autônomas, por Câmara e por Desembargador/a; - Mapear posicionamentos temáticos, por Câmara e por Desembargador/a;	➤ <u>Parcialmente implementada:</u> A identificação do aspecto quantitativo da atuação da Defensoria Pública no STJ e no STF tem se revelado mais simples do que no TJSP. Isso porque, aquelas Cortes, em razão do elevado avanço da digitalização dos processos, possuem os dados solicitados pela Defensoria Pública. Assim, no escritório do Núcleo em Brasília há um servidor que diariamente analisa e insere na planilha os dados referentes aos Habeas Corpus da DPESP. Dificuldades: segundo relatado pelo Dr. Rafael Muneratti, o servidor é sozinho nessa atividade e, diante do volume de impetrações, não tem condições de manter a pesquisa sempre atualizada em relação ao ano em vigor. Após diálogos entre o Dr. Rafael Muneratti e a Primeira Subdefensoria Pública-Geral, ambos estão refletindo sobre o aprimoramento do modelo dessa pesquisa.

- Criar um banco de Habeas Corpus (por matéria; Câmara e Desembargador);

Em São Paulo, no início da Coordenação, pedimos à CTI da DPESP que estabelecesse contato com a TI do TJSP para pedir a relação dos Habeas Corpus impetrados pela Defensoria Pública. A CTI/DPE narrou dificuldades em conseguir o acesso. Sem prejuízo das dificuldades encontradas, o Núcleo tem procurado obter, por meio de diferentes fontes, os dados quantitativos da atuação da Defensoria Pública no TJSP. A exemplo, solicitamos dados à E. Corregedoria da DPE, que prontamente os encaminhou. Igualmente, o Núcleo formulou pesquisas no sítio do TJSP e, por meio de filtros específicos, conseguiu identificar um número factível de impetrações de HCs (no período de um ano). A somar, tem-se os dados das próprias intimações de pautas de julgamentos, que permitem identificar, com segurança, o volume anual da atuação da DPE em cada Seção do TJSP.

De mais a mais, após deliberação com a plenária do Núcleo e com o aval da Administração Superior, decidimos propor ao TJSP, em especial à Presidência Criminal, o envio ao NSTIS das intimações de acórdãos de HCs (somente de HCs) para, na sequência, encaminhá-las aos/às Defensores/as Públicos/as da origem. Seria uma forma de ter acesso aos acórdãos da Defensoria Pública; compilar os dados mais relevantes e acelerar a comunicação dos resultados desses julgamentos aos/às colegas. Após reunião do NSTIS com a Presidência Criminal, seguida de ofício do NSTIS, houve sinalização favorável à implementação do novo fluxo, o que, por ora, ainda não se concretizou, embora a Administração Superior da DPESP, no que lhe compete, revelou-se sensível a esse projeto.

Importa relatar, ainda, que esta Coordenação apresentou à Defensoria Pública-Geral sugestão a ser encaminhada ao CONDEGE no sentido de se criar, naquele âmbito, uma Comissão para tratar da atuação das Defensorias Públicas em segunda

	instância, bem como perante os tribunais superiores, sempre sob a ótica da litigância estratégica. Paralelamente, esta Coordenação visitou a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro objetivando compartilhar a discussão a respeito da atuação em segunda instância. Espera-se que seja possível, oportunamente, auxiliar o Conselho Superior na eventual discussão sobre o formato da atuação da instituição nos tribunais.
Identificar, <u>proativamente</u>, as demandas sensíveis visando a atuação estratégica do Núcleo. Para tanto, entre outros atores, haverá diálogo com os/as colegas da atividade-fim, demais Núcleos, Administração Superior e Conselho Superior;	➤ <u>Implementada:</u> O Núcleo, já em 2016, lançou o “Plano de Atuação Estratégica” objetivando coletar sugestões de temas recorrentes que, estrategicamente, podem ser levados aos Tribunais. Não houve adesão significativa da carreira, o que motivou o Núcleo a pautar a ideia de forma mais recorrente e perante os demais órgãos da DPESP. Neste sentido, a Coordenação do NSITS se fez presente e palestrou nos dois Pré-Encontros dos Defensores/as Públicos/as – ocorridos nos dias 06 e 20 de maio de 2017 – objetivando fomentar a discussão e a implementação de ferramentas de litigância estratégica. Os debates e as reflexões foram bastante profícuos. Sem prejuízo, a Coordenação do NSITS, visando a sustentação oral de casos sensíveis, também passou a realizar “busca ativa” nas pautas de julgamentos enviadas pelo TJSP (mesmo não havendo pedidos de sustentações formulados pelos/as colegas). Paralelamente, em Plenária de reunião ordinária realizada no dia 24.11.2018, os/as membros/as do NSITS, considerando a baixa adesão da carreira ao Plano de Atuação Estratégica, deliberou por

	enviar em janeiro/18 a esta Coordenação, cada um, temas relevantes do ponto de vista da litigância estratégica. Em suma, trata-se de projeto em constante construção e aprimoramento, mas que, desde o início da Coordenação, tem sido implementado.
Estabelecer a litigância estratégica a partir da identificação de matérias legislativas recentes, votos divergentes sistemáticos, temas caros à instituição, temas de impacto coletivo, sem prejuízo das definições a serem traçadas com os atores acima	➤ <u>Implementada: idem.</u>
Repensar o modelo atual de identificação dos casos levados à sustentação oral, notadamente a partir do olhar da atuação estratégica;	➤ <u>Implementada:</u> Todos os pedidos de sustentação oral são submetidos aos/às Coordenadores/as do Núcleo e, se os casos não guardarem afinidade com a litigância estratégica, havendo tempo hábil, a situação é comunicada aos/às Defensores/as Públicos/as naturais para que, querendo, possam sustentá-la. Sem prejuízo, mesmo após a análise estratégica do caso pela Coordenação, o/a Defensor/a Público/a plantonista, no exercício da sua independência funcional, também analisa o pedido de sustentação sob a mesma ótica. Evidentemente o Núcleo sempre tenta priorizar questões coletivas e medidas de urgência.
Estreitar a agenda do Núcleo às agendas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, permitindo o permanente e respeitoso diálogo institucional;	➤ <u>Implementada</u>
Estreitar a relação institucional com as demais Defensorias Públicas, notadamente com os	➤ <u>Parcialmente implementada:</u> Já no primeiro relatório semestral dessa Coordenação, informou-se que as Defensorias

órgãos de atribuição semelhante, buscando, em suma, compartilhar acórdãos estaduais favoráveis (proporcionando, por consequência, o acesso ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal sob o argumento da divergência de interpretação atribuída às normas constitucionais e leis federais) e compartilhar fluxos de trabalho exitosos;	Públicas com representação em Brasília assinaram termo de cooperação por meio do qual se criou o “Grupo de Atuação Estratégica”. O Grupo vem discutindo diversos assuntos jurídicos com o objetivo de traçar as melhores formas e conteúdo de postulação perante os tribunais e, no caso do Estado de São Paulo, tem o Defensor Público Dr. Rafael Ramia Muneratti como seu integrante. Para além disso, esta Coordenação apresentou à Defensoria Pública-Geral sugestão a ser encaminhada ao CONDEGE no sentido de se criar, naquele âmbito, uma Comissão para tratar da atuação das Defensorias Públicas em segunda instância, bem como perante os tribunais superiores, sempre sob a ótica da litigância estratégica. Paralelamente, esta Coordenação visitou a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro objetivando compartilhar a discussão a respeito da atuação em segunda instância.
Propor o fortalecimento do escritório de representação em Brasília, notadamente diante do notório e constante aumento do volume de trabalho;	➤ <u>Não implementada:</u> Em que pese o Núcleo já ter solicitado à Defensoria Pública-Geral a designação de mais um colega para o escritório de Brasília e, apesar do reconhecimento da importância da medida pela Administração Superior, fomos informados que, por ora, ainda não há espaço para esse afastamento, notadamente pela ausência de cargo substituto.
Proporcionar, como premissa, o acolhimento e a abertura do Núcleo aos colegas que dele necessitarem;	➤ <u>Implementada:</u> O Núcleo, como regra, atende a todos os pedidos de suporte dos/as colegas, além de demonstrar - não somente aos seus/suas integrantes, mas a todos/as da carreira que desejarem - o seu funcionamento, para que assim os/as interessados possam se apropriar dos “produtos” do Núcleo e ele provocar.

	Porém, o Núcleo, como regra, não realiza algumas diligências que, por vezes, são solicitadas (p.ex.): não assina petições enviadas por e-mail; não faz movimentação de autos físicos à primeira instância; não atua em audiências de conciliação em segundo grau e, por fim, como regra, não desempenha atividades perante Câmaras Recursais de Juizados Especiais, exceto, neste caso, se houver o acompanhamento conjunto de outros Núcleos.
Se necessário, reavaliar o número de membros (integrantes e colaboradores) destinados ao Núcleo e, eventualmente, por meio de informações concretas que assim o justifique, propor o seu acréscimo ao Conselho Superior;	➤ <u>Parcialmente implementada:</u> Ultrapassado esse período de Coordenação, conclui-se pela necessidade de apresentar ao CSDP proposta tendente a aumentar o número de integrantes do NSITS. Por cautela, antes de apresentar o pedido, esta Coordenação, no período englobado por este relatório, continua analisando os desenhos possíveis, dialogando constantemente com os/as seus/suas membros/as, bem como com a Administração Superior. O projeto, em fase final de construção, será em breve apresentado para análise e deliberação do respeitável Conselho Superior.
Reformular o portal do Núcleo, tornando-o mais acessível, atualizando as informações e incluindo novas ferramentas úteis aos/as Defensores/as Públicos/as;	➤ <u>Não implementada:</u> Apesar de já ter iniciado a análise da funcionalidade do Portal e ter realizado reunião com a Assessoria de Comunicação da DPE, a Coordenação do Núcleo ainda não teve fôlego para dar início a mais essa frente de trabalho, tendo que priorizar outras ações em andamento. Em breve, porém, pretende-se dar o devido encaminhamento.
Agendar reuniões de trabalho com todos os Desembargadores/as Presidentes das Seções e	➤ <u>Parcialmente implementada:</u> A Coordenação do Núcleo se reuniu com todos os principais Órgãos do Tribunal de Justiça, apenas

de todas as Câmaras, apresentando o Núcleo e abrindo-o para sugestões e diálogo;	não o fez - e por isso o registro de “parcialmente implementado” - em relação aos Presidentes “de todas as Câmaras”, pois, na prática, revelou-se inapropriado e inatingível (no total, são cerca de 72 Câmaras), apesar da boa-fé no momento da elaboração da proposta.
Dar continuidade aos comunicados relevantes e aos informativos, repensando o seu formato;	➤ <u>Implementada:</u> Além de elaborar comunicados importantes à carreira, o Núcleo estabeleceu um fluxo de trabalho com a Coordenadoria de Comunicação Social da Defensoria-Geral que permitiu ampliar a divulgação dos resultados relevantes decorrentes da atuação da DPESP nos tribunais. O informativo bimestral que foi apresentado no primeiro semestre desta Coordenação, por ora, não foi renovado. Em reunião ordinária realizada em novembro/17, a Plenária deliberou, inclusive, por alterar uma vez mais o modelo e a periodicidade de informativos de jurisprudência. É que, para além das inúmeras demandas que chegam ao Núcleo, a jurisprudência, atualmente, é de fácil acesso aos/as Defensores/as Públicos/as. Sem embargo: todos os Núcleos Especializados temáticos divulgam os julgados relativos às suas áreas de atuação; a EDEPE disponibiliza ferramenta de atualização jurisprudencial e, por fim, há os próprios Informativos do STJ e do STF que já são bastante didáticos e de simples acesso. Assim, os/as membros do NSTIS deliberaram por divulgar apenas um relatório de jurisprudência anual, contendo os principais julgados conquistados pela DPESP no TJSP, nos quais, preferencialmente, contou-se com o suporte do Núcleo. Sem prejuízo, deliberou-se também por continuar a remeter as principais decisões a conhecimento da Coordenadoria de Comunicação Social da Defensoria-Geral.
	➤ <u>Implementada:</u>

Acompanhar, juntamente com o escritório de Brasília, as ações de interesse dos destinatários da Defensoria Pública e da instituição;	O Defensor Público Dr. Rafael Muneratti - com designação DPG para desempenhar as suas atribuições no escritório de representação da DPESP em Brasília - acompanha os principais processos em andamento no STJ e no STF.
Apresentar sugestões de aperfeiçoamento do funcionamento do Plantão Judiciário de Segunda Instância;	➤ <u>Implementada:</u> O Núcleo encaminhou à Administração Superior sugestões de aprimoramento do Plantão Judiciário que funciona no Palácio da Justiça. Sem prejuízo, segue à disposição para novas reflexões.
Estreitar as pautas do Núcleo às pautas da EDEPE, alimentando-a com os dados sobre as demandas sensíveis e os questionamentos técnicos recorrentes trazidos pelos/as Membros da carreira, proporcionando, assim, a contínua capacitação de todos/as, bem como a constante busca pela qualidade da prestação jurídica	➤ <u>Implementada:</u> O diálogo com a EDEPE continua sendo permanente e, como exemplo, nos dois Pré-Encontros de 2017, o NSITS, por meio da sua Coordenação, apresentou palestra sobre “Litigância Estratégica” e fomentou o envio de novos para acompanhamento. Além disso, o Núcleo, por sua Coordenação, procura se fazer presente nos principais eventos organizados pela EDEPE, além de enviar sugestões de temas.
Repensar o fluxo do envio das intimações pessoais sobre as pautas de julgamento, desburocratizando o cotidiano do Núcleo e dos/as Defensores/as;	➤ <u>Implementada:</u> Em 09/03/2017, o NSITS, por meio de Comunicado, disponibilizou aos/às Defensores/as Públicos/as a possibilidade de, tão logo finalizarem os seus recursos e/ou ações endereçados ao TJSP, STJ e STF, já comunicarem os respectivos dados processuais para acompanhamento e futura sustentação oral, sem depender, exclusivamente, da futura intimação pessoal da pauta de julgamento. O novo procedimento tem se relevado exitoso, porque potencializa a quantidade e a qualidade da atuação da Defensoria Pública perante os Tribunais, somando-se à ideia de “litigância estratégica”.

	Sem prejuízo, assim como narrado nos dois primeiros relatórios semestrais, o Núcleo continuou solicitando à Primeira Subdefensoria Pública-Geral a criação de um sistema simples que permita, de forma mais ágil e racional (compilando os dados), o fluxo de informações entre Núcleo e Defensores/as Públicos/as (p.ex. pautas de julgamentos).
Divulgar à carreira relatório mensal sobre as atividades do Núcleo em Brasília e em São Paulo.	➤ Não implementada: Na prática revelou-se inatingível, apesar da boa-fé no momento da propositura. Isso porque, o Núcleo, atualmente, padece de <i>déficit</i> estrutural de pessoal.

7. OBSERVÂNCIA DAS ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS

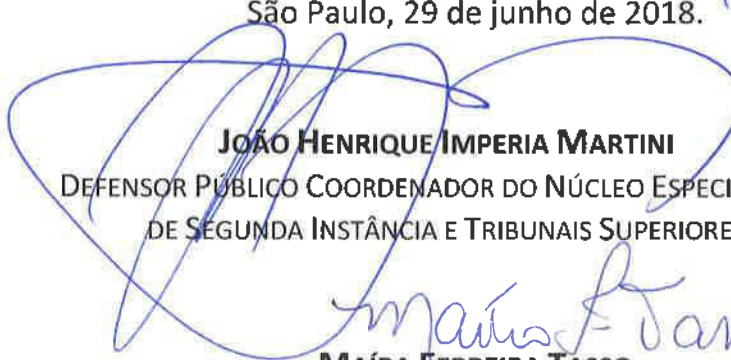
Para além de procurar atingir as metas consubstanciadas como propostas da Coordenação, é preciso considerar as atribuições que regimentalmente foram estabelecidas ao NSITS por meio da Deliberação CSDP nº 156. Conforme será possível notar, excepcionalmente, haverá uma ou outra atribuição que, na prática, respeitosamente, são pouco compatíveis com as atividades cotidianas deste Núcleo, porque, como se sabe, ele não é temático. Sem prejuízo, evidentemente, a Coordenação do Núcleo está à disposição para colher sugestões de implementação.

ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NA DELIBERAÇÃO nº 156, CSDP	ANDAMENTO
Art. 5º, I - compilar e remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos Defensores Públicos;	Implementada.
Art. 5º, II - realizar e estimular, em colaboração com a Escola Superior da Defensoria Pública, o intercâmbio permanente entre os Defensores Públicos, objetivando o aprimoramento das atribuições institucionais e a uniformidade dos entendimentos ou teses jurídicas;	Implementada na perspectiva de que manteve constante diálogo institucional com a EDEPE e participou dos debates, nos Pré-Encontros, a respeito de "Litigância Estratégica".

Art. 5º, III - coordenar o acionamento de Cortes Internacionais;	Não houve provocação neste sentido.
Art. 5º, IV - estabelecer estratégias de atuação junto ao Segundo Grau de jurisdição, aos Tribunais Superiores e ao Supremo Tribunal Federal, em colaboração com outros Núcleos Especializados da Defensoria Pública e com os demais órgãos de execução.	Implementada e em constante realização.
Art. 6º, I - providenciar junto ao Segundo Grau de jurisdição, aos Tribunais Superiores e ao Supremo Tribunal Federal, o encaminhamento de medidas judiciais diversas e acompanhar, quando possível, sua apreciação;	Implementada e em constante realização.
Art. 6º, II - propor medidas judiciais e extrajudiciais e acompanhá-las, agindo isolada ou conjuntamente com o Defensor Público natural;	Implementada e em constante realização.
Art. 7º, I - promover a educação em direito, informar e motivar a população carente, inclusive por intermédio dos diferentes meios de comunicação, a respeito de seus direitos e garantias fundamentais, em cooperação com a Assessoria de Comunicação Social e a Escola Superior da Defensoria Pública;	Não implementada por não guardar pertinência com a natureza das funções cotidianas do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Sem prejuízo, a Coordenação está à disposição para seguir orientações.
Art. 7º, II - estabelecer permanente articulação com outros Núcleos de atuação em Segundo Grau de jurisdição, nos Tribunais Superiores e Supremo Tribunal Federal, de outras Defensorias Públicas;	Implementada e em constante realização.
Art. 7º, III - contribuir no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas que visem a erradicar a pobreza e a marginalização e a reduzir as desigualdades sociais;	Não implementada por não guardar pertinência com a natureza das funções cotidianas do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Sem prejuízo, a Coordenação está à disposição para seguir orientações.
Art. 7º, IV - propor e acompanhar propostas de elaboração, revisão e atualização legislativa em áreas jurídicas atinentes ao seu âmbito de atuação;	Não implementada por déficit de estrutura de pessoal.
Art. 8º, I – manterá banco de dados próprio com informações, sempre atualizadas, de legislação e jurisprudência;	Parcialmente implementada.
Art. 8º, II - compilará e sistematizará, com o auxílio dos Defensores Públicos atuantes na	Não implementada. Sugere-se a criação de uma nova Comissão – nos moldes daquela que foi

área, um banco de peças processuais modelares, cujo acesso será disponibilizado, preferencialmente por meio eletrônico, a todos os integrantes da carreira;	criada há alguns anos na DPESP - integrada por diversos setores da carreira, com o objetivo de atualizar o banco de peças então formatado.
Art. 8º, III - manterá arquivo de dados estatísticos que quantifiquem a atuação da Defensoria Pública junto ao Segundo Grau de jurisdição, aos Tribunais Superiores e ao Supremo Tribunal Federal.	Implementada.

São Paulo, 29 de junho de 2018.


JOÃO HENRIQUE IMPERIA MARTINI
DEFENSOR PÚBLICO COORDENADOR DO NÚCLEO ESPECIALIZADO
DE SEGUNDA INSTÂNCIA E TRIBUNAIS SUPERIORES


MAÍRA FERREIRA TASSO
DEFENSORA PÚBLICA COORDENADORA AUXILIAR DO NÚCLEO ESPECIALIZADO
DE SEGUNDA INSTÂNCIA E TRIBUNAIS SUPERIORES

De: Comunicação
Enviado em: quinta-feira, 29 de junho de 2017 16:45
Para: Comunicação
Assunto: #Gestão - Edição nº 139



**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

#gestão

Defensoria Pública-Geral

Edição nº 139 – 29 de junho de 2017

#gestão é um apanhado das principais atividades desenvolvidas pelos órgãos da Defensoria Pública-Geral nos últimos dias. O informativo busca, ainda, compartilhar boas práticas administrativas realizadas nas diversas regionais e promover a aproximação entre todos os órgãos da Defensoria Pública.

Sumário

- Defensoria de SP e Defensoria do Ceará inauguram escritório conjunto em Brasília
- Reuniões de trabalho com Condege e com Direção do Departamento Penitenciário Nacional (Depen)
- Capacitação para Atendimento Inicial da Capital
- Reunião sobre encaminhamentos de demandas indígenas

| Defensoria de SP e Defensoria do Ceará inauguram escritório conjunto em Brasília

A Defensoria Pública de SP e a Defensoria Pública do Ceará realizaram a solenidade de inauguração na noite de quarta-feira (28) do escritório conjunto para atuação perante os Tribunais Superiores, em Brasília.

A iniciativa fortalece uma atuação estratégica conjunta de ambas as instituições, incluindo a divisão de custos e despesas, a troca de experiências e o aprimoramento para uma atuação mais efetiva junto às cortes da Capital federal, responsáveis por julgarem milhares de casos de pessoas carentes e vulneráveis dos dois estados brasileiros. O descerramento da placa foi conduzido pelos Defensores Gerais de SP, Davi Depiné, e Ceará, Mariana Lobo.

Em seu discurso, Davi reforçou a importância de uma atuação estratégica cada vez maior pela Defensoria. “Dizia-se não há muito tempo que um caso de uma pessoa pobre raramente chegaria ao Superior Tribunal de Justiça e, episodicamente, ao Supremo Tribunal Federal. Atualmente, o Estado de São Paulo, e agora o Estado do Ceará, submetem milhares de demandas ao STF e centenas ao STF, ensejando inclusive a necessidade de melhorias estruturais destas cortes”.

A Defensoria paulista mantém um escritório em Brasília desde 2008, onde atua por meio de seu Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. [Clique aqui para ler a cobertura completa do evento.](#)



| Reuniões de trabalho com Condege e com Direção do Departamento Penitenciário Nacional (Depen)

O Defensor Público-Geral, Davi Depiné, participou na última segunda-feira (26) da VI Reunião Ordinária do Colégio Nacional de Defensores Público-Gerais (Condege), realizada em Brasília.

Entre outros temas debatidos, foram abordadas demandas do Disque 100, que recebe denúncias de violações de direitos humanos. Recentemente o Condege firmou um termo de cooperação com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos com objetivo de estabelecer um fluxo a fim de atender a essas demandas.

Ainda nesta semana, em Brasília, Davi Depiné e outros Defensores Gerais estiveram em reunião com o Diretor Geral do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Luiz Alberto Cartaxo Moura. Durante o encontro, foi firmada uma parceria entre as instituições para aprimoramento da atuação da Defensoria Pública na esfera prisional.

| Capacitação para Atendimento Inicial da Capital

Está em andamento um segundo ciclo de reuniões que visa o aprimoramento do Atendimento Inicial da Capital. Durante os trabalhos, foram feitas exposições por parte da Assessoria da Qualidade do Atendimento, da Ouvidoria Geral e da Corregedoria Geral, para tratar de reclamações mais comuns dos usuários e o que vem e pode ser feito para contínuo aprimoramento da atividade. Os assuntos são debatidos em conjunto com Defensores inscritos na atividade.

Reuniões foram realizadas nos dias 25/4, 30/5 e 5/6, com uma próxima agendada para julho.



| Reunião sobre encaminhamentos de demandas indígenas

A pedido do Escritório Local da FUNAI em São Paulo, foi realizada reunião entre Assessorias da DPG (Atendimento Inicial, Qualidade e Cível) e representantes da FUNAI a fim de discutir as especificidades do atendimento à população indígena e quais demandas são atribuição da Defensoria Pública do Estado.

Conforme aponta a FUNAI, há cerca de 2 mil índios aldeados na Capital e cerca de 50 a 60 mil índios na Grande São Paulo. As principais dificuldades são a língua (guarani), a distância das aldeias (em especial Paraipeiros e Jaraguá) e os costumes. A AGU tem atuado nas demandas coletivas e casos individuais de competência da Justiça Federal estão sendo acompanhados pela Defensoria Pública da União. Na reunião foi explicado o fluxo de atendimento criminal da Defensoria Pública na Capital, para casos de crimes praticados ou envolvendo indígenas, e o formato de atendimento inicial cível.

Ficou acordado um fluxo de contato entre a Assessoria do Atendimento Inicial Especializado ao Público e a FUNAI para agendamento de atendimento de índios aldeados em uma mesma data, sempre que possível, assim como eventual encaminhamento a polo ou unidades de segundo atendimento, para facilitação do transporte e de acompanhante que seja bilíngue (guarani - português). As principais demandas são alimentos, guarda e paternidade.

#gestão destina-se à comunicação Interna da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e é enviado aos Defensores Públicos e Servidores. Produzido pela Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa. Para mais informações, contate comunicacao@defensoria.sp.gov.br

🐦 (<http://twitter.com/tjspoficial>)  (<http://www.facebook.com/TJSPoficial>)  (<http://www.youtube.com/TJSPoficial>)  (http://www.flickr.com/photos/tjsp_oficial/sets/)  (<http://www.foursquare.com/tjspoficial>)  (<http://www.instagram.com/tjspoficial>)
✉ (<https://correio.tjsp.jus.br/>) | ➡ (/Links/PublicoInterno) ⓘ
(/CanaisAtendimentoRelacionamento/FaleConosco)



Tribunal de Justiça^(/)
Estado de São Paulo

A Justiça próxima do cidadão

O que deseja pesquisar?



NOTÍCIAS

(/Noticias)

TJSP homenageia Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

11/08/2017



*Instituição completa
190 anos.*

Os 190 anos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco foram celebrados ontem (10) em cerimônia que reuniu ex-alunos no Salão do Júri do Palácio da Justiça, sede da Corte Bandeirante. Fundada em 11 de agosto de 1827, as Arcadas – como é conhecida a instituição – formaram

incontáveis juízes e desembargadores. Magistrados de todo o Estado contribuíram com fotos e depoimentos que foram reunidos em vídeo, de forma a marcar a importância da faculdade para a Justiça paulista.

O presidente do TJSP, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, ingressou no Largo de São Francisco em 1973 e compartilhou com o público reminiscências de seus anos de faculdade. “Anos incríveis. Na faculdade de Direito e da vida, me forjei como homem e cidadão. Aprendi a importância da boa política como

a arte do diálogo pelo bem comum, e o valor da democracia. Lições que levei para toda a vida e que inspiraram minha trajetória pessoal e profissional.”

“Confesso que não tinha ideia da grandiosidade do lugar”, afirmou o presidente. “Com o tempo aprendi sua história, formada por tantos homens que fizeram a diferença na luta pela liberdade e pela democracia. Que continuemos firmes nos princípios que aprendemos nos bancos acadêmicos”, conclamou.

O professor titular de Processo Civil da instituição e desembargador do TJSP, José Roberto dos Santos Bedaque, homenageou a professora Ada Pellegrini Grinover, falecida no mês passado. Jurista e docente de destaque, ela foi a primeira doutora formal da Faculdade de Direito, com a tese “Ação declaratória incidental”, defendida em 15 de maio de 1970. “Foi uma das propulsoras na mudança de mentalidade em relação à ciência processual”, afirmou o desembargador.

Em seguida, o poeta Paulo Bomfim, decano da Academia Paulista de Letras e ex-estudante da faculdade, emocionou a todos ao declamar seu poema “Creio em ti ó Faculdade!”, que começa com os seguintes versos:

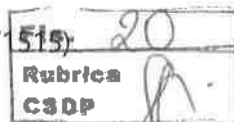
“Creio em ti ó Faculdade,
Meu amor de juventude,
Meu sonho de liberdade!
Creio na terra que piso,
Nas auroras deste pátio,
No passado tão presente,
Nas arcadas de triunfo,
Nas paredes que são gritos,
Nos silêncios que são vozes
Dos mortos que não morreram!”

Depois, o presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, deputado estadual Cauê Macris, destacou a sucessão de figuras históricas que saíram das Arcadas para a vida pública. Ele incentivou os alunos a continuarem a tradição: “O Brasil precisa da São Francisco”.

A história da Faculdade de Direito foi tema da fala do diretor da instituição, professor José Rogério Cruz e Tucci. Fundada em 1827 como “Academia de Direito de São Paulo”, poucos anos após a proclamação da Independência do Brasil instalou-se no Largo de São Francisco, local onde existia um convento datado do século XVI. Em toda história, de lá saíram nove presidentes da República, governadores, prefeitos e magistrados de destaque. “O certo é que não vivemos apenas de tradições, mas da excelência acadêmica”, afirmou o diretor. Ao final da cerimônia o público se deleitou com apresentação do Coral XI de Agosto.

Também prestigiaram a solenidade o vice-presidente do TJSP, desembargador Ademir de Carvalho Benedito; o corregedor-geral da Justiça do Estado de São Paulo, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Caiças; o presidente da Seção de Direito Privado do TJSP, desembargador Luiz Antonio de Godoy; o diretor da Escola Paulista da Magistratura (EPM), desembargador Antonio Carlos Villen; o procurador-geral do Estado de São Paulo, Elival da Silva Ramos, representando o governador; o secretário de Justiça do Município de São Paulo, Anderson Pomini, representando o prefeito; o presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, juiz Silvio Hiroshi Oyama; o vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), conselheiro Renato Martins Costa; o presidente da Academia Brasileira de Direito Criminal (ABDCrim) e presidente da Cátedra Sergio Vieira de Mello da PUC e ACNUR, desembargador Marco Antonio Marques da Silva; o desembargador do TRT-2 Adalberto Martins, representando o presidente; o desembargador do TRT-15 Gérson Lacerda; o defensor público João Henrique Martini, representando o defensor público-geral; o desembargador do TJSP e integrante do TRE-SP Waldir Sebastião de Nuevo Campos Júnior, representando o presidente; o presidente da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), desembargador Oscild de Lima Júnior; o ouvidor do TJSP, desembargador Mohamed Amaro; a presidente do Instituto Paulista de Magistrados (IPAM), juíza Hertha Helena Rollemberg Padilha de Oliveira; o chefe da Assessoria Policial Militar do TJSP, coronel PM Sergio Ricardo Moretti; o divisionário da Delegacia Geral de Polícia do Estado de São Paulo, delegado Jorge Amaro Cury Neto, representando o delegado-geral; o vice-presidente da OAB SP, Fábio Romeu Canton Filho, representando o presidente; o diretor da Associação dos Advogados de São Paulo, Renato José Cury; o presidente da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, José Carlos Madia de Souza; o presidente da Associação Paulista de Imprensa, Sérgio de Azevedo Redó; e demais magistrados, advogados, militares, membros do MP, servidores da Justiça e ex-alunos.

Mais fotos no Flickr (https://www.flickr.com/photos/tjsp_oficial/albums/7215768747837)



Comunicação Social TJSP – GA (texto) / AC e RL (fotos)
imprensatj@tjsp.jus.br (<mailto:imprensatj@tjsp.jus.br>)



DESEMBARGADORES E REPRESENTANTES DE DIVERSAS INSTITUIÇÕES

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Atendimento à Imprensa (/Imprensa/Imprensa/Atendimento)

Campanhas (/Imprensa/Campanhas/Index)

Material de Divulgação (/Imprensa/Imprensa/MaterialDivulgacao)

Matérias Especiais (/Imprensa/MateriasEspeciais)

Notícias (/Noticias)

Revista Jurídica Eletrônica (<https://issuu.com/revistajuridicaeletronica>)

Revista JUSTIÇA SP (<https://issuu.com/tjspoficial>)

NotíciasTJSP

Cadastre-se e receba notícias do TJSP por e-mail



Cadastrar

Tribunal de Justiça de São Paulo

Desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJSP

Mais fotos no Flickr (https://www.flickr.com/photos/tjsp_oficial/albums/72157687478371515/)

Comunicação Social TJSP – GA (texto) / AC e RL (fotos)
imprensatj@tjsp.jus.br (<mailto:imprensatj@tjsp.jus.br>)



ARCADAS COMPLETAM 190 ANOS NESTE MÊS

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Atendimento à Imprensa (/Imprensa/Imprensa/Atendimento)

Campanhas (/Imprensa/Campanhas/Index)

Material de Divulgação (/Imprensa/Imprensa/MaterialDivulgacao)

Matérias Especiais (/Imprensa/MateriasEspeciais)

Notícias (/Noticias)

Revista Jurídica Eletrônica (<https://issuu.com/revistajuridicaeletronica>)

Revista JUSTIÇA SP (<https://issuu.com/tjspoficial>)

NotíciasTJSP

Cadastre-se e receba notícias do TJSP por e-mail



Cadastrar

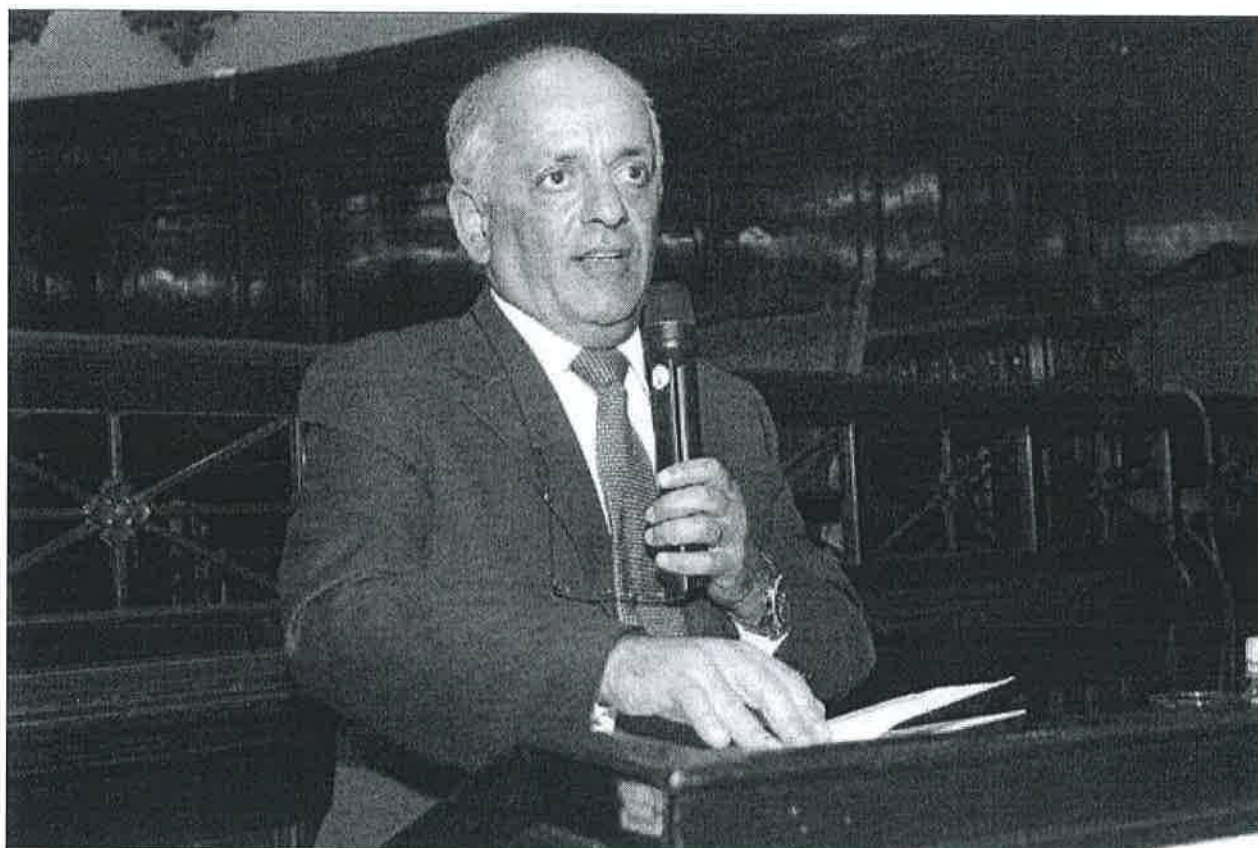
Tribunal de Justiça de São Paulo

Desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJSP

Mais fotos no Flickr (https://www.flickr.com/photos/tjsp_oficial/albums/72157687478371515).



Comunicação Social TJSP – GA (texto) / AC e RL (fotos)
imprensatj@tjsp.jus.br (<mailto:imprensatj@tjsp.jus.br>)



PROFESSOR TITULAR DE PROCESSO CIVIL DA SÃO FRANCISCO E DESEMBARGADOR DO TJSP,
JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS BEDAQUE

COMUNICAÇÃO SOCIAL

[Atendimento à Imprensa \(/Imprensa/Imprensa/Atendimento\)](#)

[Campanhas \(/Imprensa/Campanhas/Index\)](#)

[Material de Divulgação \(/Imprensa/Imprensa/MaterialDivulgacao\)](#)

[Matérias Especiais \(/Imprensa/MateriasEspeciais\)](#)

[Notícias \(/Noticias\)](#)

[Revista Jurídica Eletrônica \(https://issuu.com/revistajuridicaeletronica\)](https://issuu.com/revistajuridicaeletronica)

Revista JUSTIÇA SP (<https://issuu.com/tjspoficial>)

NotíciasTJSP

Cadastre-se e receba notícias do TJSP por e-mail



Cadastrar

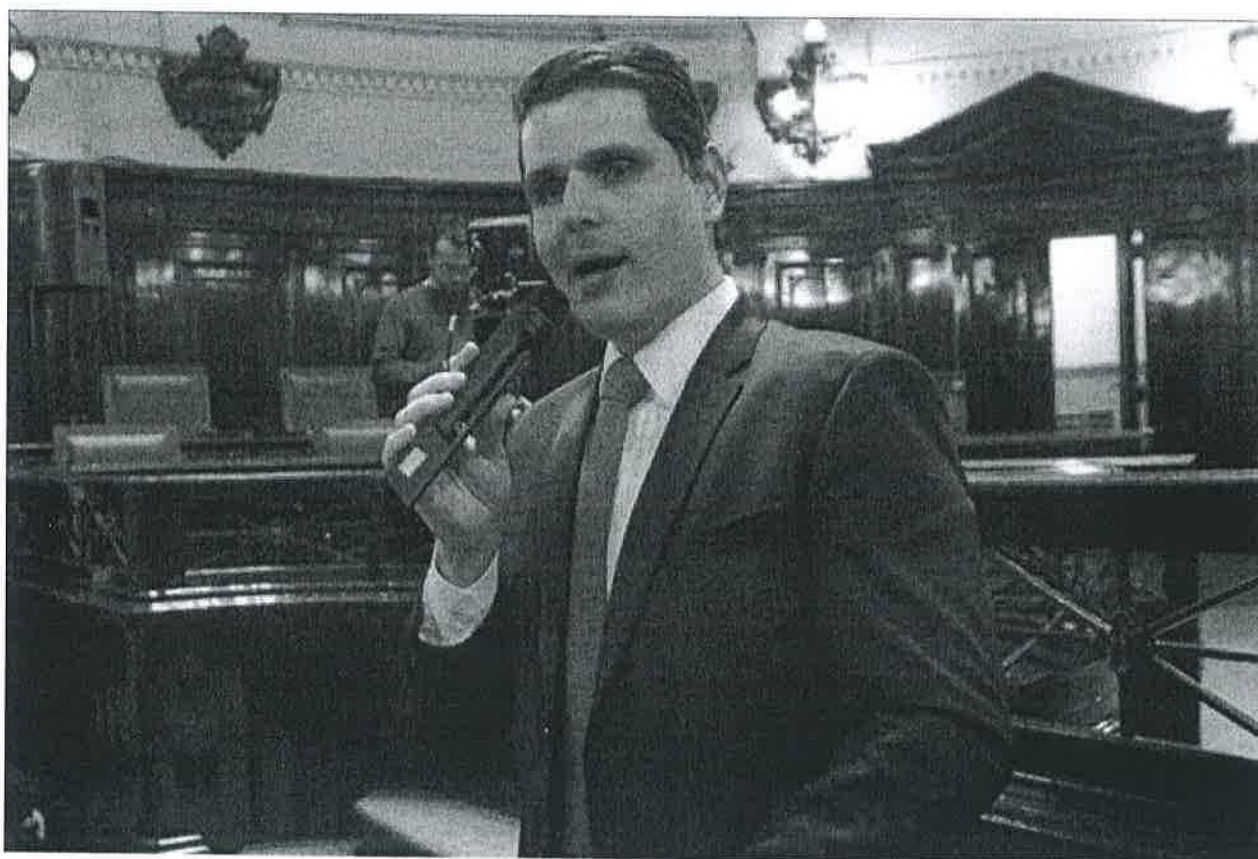
Tribunal de Justiça de São Paulo

Desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJSP

Mais fotos no Flickr (https://www.flickr.com/photos/tjsp_oficial/albums/72157687478371515).

Comunicação Social TJSP – GA (texto) / AC e RL (fotos)
imprensatj@tjsp.jus.br (mailto:imprensatj@tjsp.jus.br)

Fis.	23
Rubrica	gn
CSDP	



DEPUTADO ESTADUAL CAUÊ MACRIS

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Atendimento à Imprensa (/Imprensa/Imprensa/Atendimento)

Campanhas (/Imprensa/Campanhas/Index)

Material de Divulgação (/Imprensa/Imprensa/MaterialDivulgacao)

Matérias Especiais (/Imprensa/MateriasEspeciais)

Notícias (/Noticias)

Revista Jurídica Eletrônica (<https://issuu.com/revistajuridicaeletronica>)

Revista JUSTIÇA SP (<https://issuu.com/tjspoficial>)

NotíciasTJSP

Cadastre-se e receba notícias do TJSP por e-mail



Cadastrar

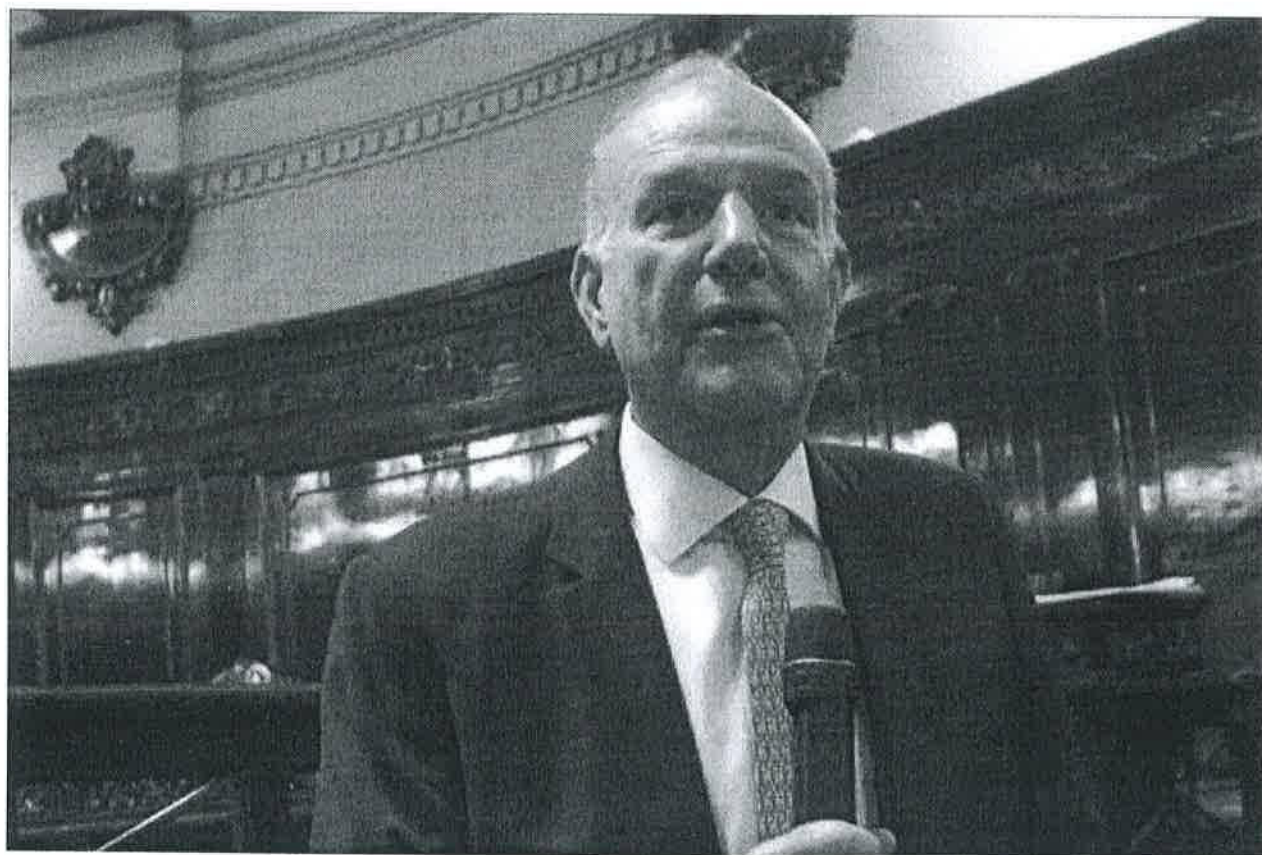
Tribunal de Justiça de São Paulo

Desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJSP

Mais fotos no Flickr (https://www.flickr.com/photos/tjsp_oficial/albums/72157687478371515)

24
Rubrica
CSDP

Comunicação Social TJSP – GA (texto) / AC e RL (fotos)
imprensatj@tjsp.jus.br (mailto:imprensatj@tjsp.jus.br)



DIRETOR DA INSTITUIÇÃO, PROFESSOR JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Atendimento à Imprensa (/Imprensa/Imprensa/Atendimento)

Campanhas (/Imprensa/Campanhas/Index)

Material de Divulgação (/Imprensa/Imprensa/MaterialDivulgacao)

Matérias Especiais (/Imprensa/MateriasEspeciais)

Notícias (/Noticias)

Revista Jurídica Eletrônica (<https://issuu.com/revistajuridicaeletronica>)

Revista JUSTIÇA SP (<https://issuu.com/tjspoficial>)

NotíciasTJSP

Cadastre-se e receba notícias do TJSP por e-mail



Cadastrar

Tribunal de Justiça de São Paulo

Desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJSP

Presidente do TJ-SP visita atendimento da Defensoria e realiza palestra sobre novo CPC

Veículo: DPESP

Data: 21/9/2017

Imprimir Enviar Fechar

A Defensoria Pública recebeu nesta quinta-feira (21/9) a presença do Desembargador Presidente do TJ-SP, Paulo Dimas Mascaretti, que compareceu à Instituição para realizar uma palestra a respeito do novo Código de Processo Civil – proposta pela Coordenadora Regional da Edepe na Regional Central e apoiada pela Edepe e Núcleo de 2ª Instância e Tribunais Superiores.



Desdobrando o evento acadêmico, o Presidente do TJ-SP visitou e conheceu o espaço de atendimento ao público localizado na Rua Boa Vista, nº 150, acompanhado da 1ª Subdefensora Pública-Geral, Juliana Belloque, do 3º Subdefensor-Geral, Florislavdo Fiorentino Júnior, e dos Defensores Marcelo Dayrell (Coordenador do Atendimento Inicial), João Imperia Martini e Luciana Jordão (Coordenadores do Núcleo de Segunda Instância e Tribunais Superiores).



Imprimir Enviar Fechar

[Twitter](http://twitter.com/tjspoficial) (<http://twitter.com/tjspoficial>) | [Facebook](http://www.facebook.com/TJSPoficial) (<http://www.facebook.com/TJSPoficial>) | [YouTube](http://www.youtube.com/TJSPoficial) (<http://www.youtube.com/TJSPoficial>) | [Flickr](http://www.flickr.com/photos/tjsp_oficial/sets/) (http://www.flickr.com/photos/tjsp_oficial/sets/) | [Foursquare](http://www.foursquare.com/tjspoficial) (<http://www.foursquare.com/tjspoficial>) | [Instagram](http://www.instagram.com/tjspoficial) (<http://www.instagram.com/tjspoficial>)
[E-mail](https://correio.tjsp.jus.br/) (<https://correio.tjsp.jus.br/>) | [Links/Público Interno](#)



Tribunal de Justiça^(f)
Estado de São Paulo



A Justiça próxima do cidadão

O que deseja pesquisar?



NOTÍCIAS

(/Noticias)

Reuniões de trabalho_TJSP

21/09/2017



Agenda do presidente e do corregedor-geral.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, proferiu hoje (21) a palestra "Novo Código de Processo Civil na Visão dos Tribunais" na Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (Edepe). O magistrado iniciou seu pronunciamento destacando o trabalho realizado pela Defensoria, "uma instituição jovem e aguerrida, que vem defendendo a cidadania". O tema principal de sua fala foram os precedentes judiciais vinculantes instituídos pelo novo CPC, criados para dar "maior estabilidade às decisões judiciais, conferindo maior isonomia e previsibilidade". "Temos que nos adequar a esses novos mecanismos", continuou. O presidente explicou também como se dá o recebimento, processamento e julgamento dos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs). A defensora pública-geral em exercício, Juliana Belloque, agradeceu a presença de Paulo Dimas e destacou o diálogo e colaboração entre TJSP e Defensoria Pública. Também participaram do evento os coordenadores do Núcleo de Segunda Instância e Tribunais Superiores da Defensoria Pública, João Imperia Martini e Luciana Jordão.

Na mesma data, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças, reuniu-se com o presidente da Caixa de Assistência

dos Advogados de São Paulo (CAASP). Participou do encontro o juiz assessor da CGJ André Carvalho e Silva de Almeida.

Comunicação Social TJSP – GA (texto) / RL (fotos)
imprensa@tjsp.jus.br (<mailto:imprensa@tjsp.jus.br>)



Fis.	27
Rubrica	
CSDP	

COMUNICAÇÃO SOCIAL[Campanhas \(/doarelegal/doarelegal\)](#)[Atendimento à Imprensa \(/Imprensa/Imprensa/Atendimento\)](#)[Material de Divulgação \(/Imprensa/Imprensa/MaterialDivulgacao\)](#)[Matérias Especiais \(/Imprensa/MateriasEspeciais\)](#)[Revista JUSTIÇA SP \(https://issuu.com/tjspoficial\)](https://issuu.com/tjspoficial)**NotíciasTJSP**

Cadastre-se e receba notícias do TJSP por e-mail

[Cadastrar](#)

Tribunal de Justiça de São Paulo

Desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJSP

ALEXANDRE DALL OVO THURMANN

De: Comunicação
 Enviado em: terça-feira, 24 de outubro de 2017 19:00
 Para: Comunicação
 Assunto: Curtas da Defensoria de SP - 24 de outubro de 2017

24 de outubro de 2017



Núcleo de Segunda Instância e Tribunais Superiores participa de evento sobre gestão de precedentes

O Defensor Coordenador do Núcleo de Segunda Instância e Tribunais Superiores, João Henrique Imperia Martini, representou a Defensoria Pública durante o seminário "Gestão de Precedentes", realizado no último dia 16/10, no Tribunal de Justiça. O evento contou com a presença da Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Laurita Vaz, e do Presidente do Tribunal de Justiça, Paulo Dimas de Bellis Mascaretti.

Também participaram os Ministros do STJ Rogério Schietti, Assusete Magalhães e Moura Ribeiro, entre outros profissionais do Direito.

Institucional



O seminário, promovido pelo STJ, com o apoio do TJ-SP, abordou a aplicação das normas do Código de Processo Civil e a utilização de ferramentas para reduzir a tramitação de processos e recursos nos tribunais. Teve como tema principal a administração de demandas repetitivas, para aprimorar a metodologia de gestão do sistema de precedentes e a integração entre as duas instituições.

Núcleo de Situação Carcerária pede que Alto Comissariado dos Direitos Humanos da ONU se manifeste sobre PEC da redução da maioridade penal

O Núcleo Especializado de Situação Carcerária enviou um ofício na última semana ao Alto Comissariado dos Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas), órgão situado em Genebra, solicitando que se manifeste contrariamente à proposta de emenda constitucional em tramitação que trata da redução da maioridade penal para alguns tipos penais.

Os Defensores Públicos Coordenadores do Núcleo – Thiago Cury, Leonardo Biagioni e Mateus Moro – argumentam que o Brasil comprometeu-se durante o 3º Ciclo de Revisão Periódica da ONU a reduzir a população carcerária em pelo menos 10% até o ano de 2019 – e que a proposta de emenda constitucional contraria esse compromisso.

O texto diz que não há meios eficazes previstos pelo ordenamento jurídico nacional para barrar a tramitação do projeto e pede que o Alto Comissariado “recomende ao Estado brasileiro que cesse a tramitação da proposta”.

Reunião discute atendimento em saúde mental em Itaquaquetuba



A Defensoria Pública em Itaquaquetuba realizou na última quarta-feira (18) uma reunião com o Ministério Público local e o Hospital Santa Marcelina para tratar do atendimento em saúde mental oferecido no município. Também estiveram presentes famílias usuárias do serviço.

Segundo o Defensor Público Anderson Almeida Silva, que promoveu o encontro, a reunião serviu para compreender a dinâmica de atendimento na cidade e suas falhas, principalmente pela ausência de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no local. Ao final, o grupo apontou a necessidade de debater o assunto com a Câmara de Vereadores e com outros profissionais da rede de atendimento para que o tema seja prioridade entre as políticas públicas do município.

Defensoria paulista participa de Seminário Nacional de Comunicação organizado pelo Condege

A Coordenadoria de Comunicação Social participou, na última semana, do II Seminário Nacional de Comunicação e Defensoria Pública, realizado na sede da Escola Superior da Defensoria Pública do Mato Grosso do Sul. Entre os dias 19 e 20 de outubro, o evento, promovido pelo Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege), reuniu profissionais de comunicação de 18 instituições, entre Defensorias Públicas de todo o País e também Associações de Defensores.

A programação promovida pelo Condege contou com profissionais e especialistas da área de comunicação que debateram diversos temas – entre os quais gestão de crise, comunicação estratégica, redes sociais, comunicação na era dos influenciadores digitais e da mídia alternativa, entre outros.

Durante o evento, também foi realizada uma reunião da Comissão Nacional de Comunicação do Condege, envolvendo intercâmbios e discussões sobre práticas profissionais entre os profissionais de comunicação de diversas Defensorias e Associações.



Outubro Rosa: Defensoria Pública em Ribeirão Preto promove ação de prevenção ao câncer de mama

A Defensoria Pública em Ribeirão Preto realizou uma iniciativa para a conscientização pela prevenção ao câncer de mama. Na última quarta-feira (18), Defensores Públicos, Servidores e Estagiários do local vestiram rosa para lembrar a Campanha "Outubro Rosa", além de distribuírem cartilhas informativas sobre direitos das pessoas com câncer de mama. Durante o dia, as Defensoras Públicas Ana Simone e Luciana Rocha Alvarenga realizaram palestras sobre a importância da prevenção.

Segundo o Instituto Nacional de Câncer, o câncer de mama responde por cerca de 25% dos casos de câncer em mulheres no mundo. Mas a cura pode estar em suas mãos – se detectado precocemente, as chances de um tratamento bem sucedido chegam a 95%. Para isso, é importante fazer o autoexame, mas sem deixar de lado mamografias periódicas.



Agenda da semana

27
Agosto

Relações de gênero no trabalho

às 9h

Local: Defensoria Pública em Itaquaquetuba – Rua Vereador José Barbosa de Araújo, nº 317 – Itaquaquetuba/SP

[Saiba mais](#)

"Curtas da Defensoria de SP" é um informativo sobre as principais atividades e eventos realizados pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. É enviado semanalmente para Defensores Públicos, Servidores e outros Interessados.

Se você não trabalha na Defensoria Pública e gostaria de deixar de receber esse informativo, envie e-mail para Imprensa@defensoria.gov.br.

Produzido pela Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa (CCSAI) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Para mais informações, contate comunicacao@defensoria.sp.gov.br



<http://twitter.com/tjspoficial> <http://www.facebook.com/TJSPoficial> <http://www.youtube.com/TJSPoficial> http://www.flickr.com/photos/tjsp_oficial/sets/ <http://www.foursquare.com/tjspoficial> <http://www.instagram.com/tjspoficial>
<https://correio.tjsp.jus.br/> | [Links/PublicoInterno](#)



Tribunal de Justiça
Estado de São Paulo

A Justiça próxima do cidadão

O que deseja pesquisar?

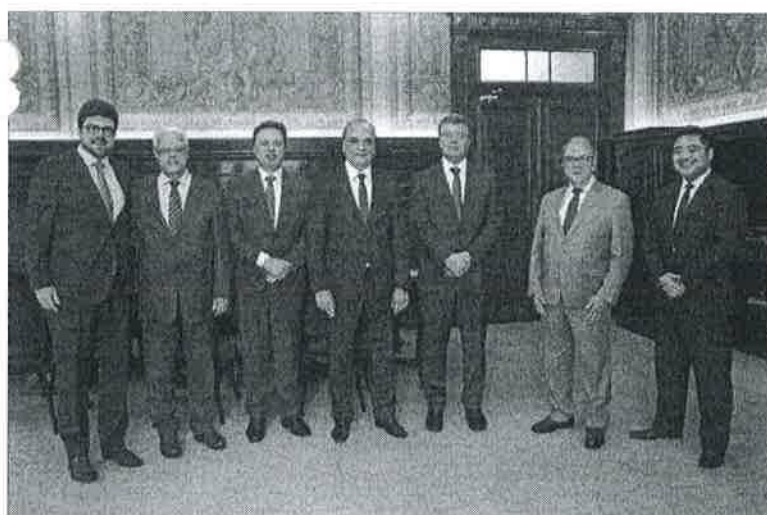


NOTÍCIAS

(/Notícias)

Reuniões de trabalho_TJSP

31/10/2017



Agenda institucional do Tribunal de Justiça.

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, o vice-presidente do TJSP, desembargador Ademir de Carvalho Benedito, e o presidente da Seção de Direito Privado do TJSP, desembargador Luiz Antonio de Godoy, reuniram-se hoje (31) com o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Paulo de Tarso Vieira Sanseverino; com o defensor público-geral do Estado, Davi Eduardo Depiné Filho; e com o defensor público e coordenador do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores, João Henrique Imperia Martini. Também estava presente o juiz assessor da Presidência da Seção de Direito Privado, Marcus Vinicius Kiyoshi Onodera.

Nesse mesmo dia, Paulo Dimas se reuniu com a diretoria da Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça de São Paulo (AASPTJ-SP). Participaram da reunião a presidente Maricler Real, a 1ª secretária Fernanda Tonus, as assessoras Wanderli Caruso e Vilma Regina da Silva e o assessor jurídico Thiago Pugina. A direção da AASPTJ-SP entregou ao presidente convite da cerimônia de 25 anos de aniversário da Associação, documento com fotos da mobilização realizada pelos assistentes sociais e psicólogos judiciais, em luta pela equiparação e entre outros assuntos.

falou-se da homologação do concurso de assistentes sociais e psicólogos. Paulo Dimas respondeu que todas as questões apresentadas estão em andamento e que o TJSP homologará o concurso o mais rápido possível para realizar as chamadas e nomeações. Também participou da reunião a juíza assessora da Presidência, Ana Paula Sampaio de Queiroz Bandeira Lins.

Ainda nesta data, o presidente recebeu os deputados estaduais Barros Munhoz, Roberto Moraes e Itamar Borges. Acompanharam o encontro a juíza assessora da Presidência Ana Paula Sampaio de Queiroz Bandeira Lins e o poeta Paulo Bomfim.

Também foi recebido, no Gabinete da Presidência, o deputado estadual Roberto Moraes, que estava acompanhado do procurador jurídico da Prefeitura de Rio das Pedras, Décio Orestes Limongi Filho. Participou da reunião a juíza assessora Ana Paula Bandeira Lins.

O presidente se reuniu, ainda, com a comitiva de Hortolândia. Estavam presentes a juíza diretora do fórum, Juliana Ibrahim Guirao Kapor; o prefeito, Angelo Perugini; o presidente da Câmara, Edimilson Mascetto Afonso; os juízes Heloisa Helena Palhares Montenegro de Moraes (1ª Vara), Vitor Gambassi Pereira (1ª Vara) e André Forato Anhé (2ª Vara); o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Hortolândia, Marcello Valk; o vice-presidente, Edilson Casagrande; o diretor-tesoureiro, Carlos Menezes; a secretária-geral, Rosane Anhani; o secretário adjunto de Assuntos Jurídicos do Município, Paulo Ernesto Rahal Giannini; os vereadores João Pereira da Silva, "John Lennon", "Ceará do Horto", Frank Barboza e Simone Betini; os assessores Fabio Gonçalves e Wilson da Silva Bragança; a chefe da Divisão de Comunicação, Paula Vialto; o chefe de gabinete do deputado Cauê Macris, Roger Williams; o representante do deputado Ademir Chedid, Luciano Antonacci; o assessor parlamentar do deputado Cauê Macris, Eudice Leite; os assessores parlamentares do deputado Chico Sardelli, Eduardo Almeida e João Francisco Danieleto; e administrador do fórum, Gilson Luis de Souza. Também acompanhou o encontro o juiz assessor da Presidência, Fabio Basso.

Paulo Dimas também se reuniu, ainda, com deputado estadual Marco Vinholi, acompanhado da juíza da Comarca de Brodowski, Carolina Nunes Vieira; do prefeito José Luiz Peres; e do secretário municipal de planejamento, Lourenço Porfírio Belutti Júnior. Participou da reunião o juiz assessor da Presidência Sylvio Ribeiro de Souza Neto.

Também na data de hoje, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças recebeu o professor do Curso de Direito da Universidade de São Paulo Bernardo Bissoto Queiroz de Moraes; e o juiz e professor Vitor Frederico Kümpel, que entregaram ao corregedor convite para evento de lançamento das obras *Guia de Metodologia Jurídica – Teses, Monografias e Artigos*; volume II do *Digesto ou pandectas do Imperador Justiniano*, traduzido pela primeira vez para a língua portuguesa; e *Manual de Introdução ao Digesto*. O evento será no dia 9 de novembro, às 18h30, no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Estavam presentes os juízes assessores da Corregedoria Marco Fábio Morsello e Ricardo Dal Pizzol.

Comunicação Social TJSP – MJ, CA, VT e RS (texto) / AC e KS (fotos)
imprensa@tjsp.jus.br (<mailto:imprensa@tjsp.jus.br>)





DIRETORIA DA AASPTJ-SP É RECEBIDA NO TJSP

COMUNICAÇÃO SOCIAL

[Campanhas \(/doarelegal/doarelegal\)](#)

[Atendimento à Imprensa \(/Imprensa/Imprensa/Atendimento\)](#)

[Material de Divulgação \(/Imprensa/Imprensa/MaterialDivulgacao\)](#)

[Matérias Especiais \(/Imprensa/MateriasEspeciais\)](#)

[Revista JUSTIÇA SP \(https://issuu.com/tjspoficial\)](https://issuu.com/tjspoficial)

NotíciasTJSP

Cadastre-se e receba notícias do TJSP por e-mail

[Cadastrar](#)

Tribunal de Justiça de São Paulo

Desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJSP

[Twitter](http://twitter.com/tjspoficial) (<http://twitter.com/tjspoficial>) [Facebook](http://www.facebook.com/TJSPoficial) (<http://www.facebook.com/TJSPoficial>) [YouTube](http://www.youtube.com/TJSPoficial) (<http://www.youtube.com/TJSPoficial>) [Flickr](http://www.flickr.com/photos/tjsp_oficial/sets/) (http://www.flickr.com/photos/tjsp_oficial/sets/) [Foursquare](http://www.foursquare.com/tjspoficial) (<http://www.foursquare.com/tjspoficial>) [Instagram](http://www.instagram.com/tjspoficial) (<http://www.instagram.com/tjspoficial>)
<https://correio.tjsp.jus.br/> | [Links/Publico/Interno](#)



Tribunal de Justiça
Estado de São Paulo



A Justiça próxima do cidadão

O que deseja pesquisar?



NOTÍCIAS

(/Notícias)

Posse solene dos desembargadores Amable Lopez Soto e Marcos Gozzo

11/11/2017



Magistrados proferem mensagem de dedicação à Justiça.

O Tribunal de Justiça de São Paulo realizou ontem (10) solenidade de posse dos desembargadores Amable Lopez Soto e Marcos Gozzo. Juizes com décadas de serviços prestados à Magistratura, os dois ascenderam ao grau mais elevado do Judiciário estadual em cerimônia realizada no Salão do Júri do Palácio da Justiça, sede da Corte Bandeirante.

"É com muita honra e alegria que saúdo os novos desembargadores", declarou o orador em nome do Tribunal, desembargador Antonio Carlos Malheiros. "Nestes tempos difíceis que atravessamos, de instabilidade política e insegurança social, quando os três Poderes estão submetidos à duras críticas, é necessário resistir", afirmou ele. "É preciso salvar o que está bem, desprezando o que não está. De esperança em esperança prosseguimos", continuou. "E a chegada a esta Corte de dois excelentes magistrados nos serve de grande motivação para caminhar". Em seguida Malheiros informou ao público o currículo dos novos desembargadores:

Amable Lopez Soto – Nasceu em Santos (SP), em 1962. Formado em Direito pela Universidade Católica de Santos, turma de 1986, assumiu o posto de juiz na 36ª Circunscrição Judiciária, com sede em Araçatuba, no ano de 1989. Nos anos seguintes passou pelas Comarcas de Franco da Rocha, Santos

e São Paulo, onde atuou no Foro Regional de Itaquera. Em 2012 foi removido para o cargo de juiz substituto em 2º grau.

Marcos Gozzo – Nascido na capital paulista em 1956, formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), turma de 1983. Iniciou a carreira como juiz em 1987 na 1ª Circunscrição Judiciária, que tem como sede a Comarca de Santos. Ao longo da carreira, trabalhou também em Aparecida e São Paulo, onde atuou no Foro Distrital de Roseira e no Foro Regional do Jabaquara. Foi removido para o cargo de juiz substituto em 2º grau no ano de 2015.

Em seu pronunciamento, o desembargador Amable Lopez Soto (<https://api.tjsp.jus.br/Handlers/Handler/FileFetch.ashx?codigo=95413>) fez uma reflexão sobre a violência, tema que enfrenta na Seção de Direito Criminal. "A sociedade precisa fortalecer o conhecimento das causas da criminalidade", afirmou. Segundo ele, não existe solução para o problema que não passe pelo fortalecimento da escolaridade das crianças e adolescentes. "Só assim acumularão valores e discernimento do que é certo e errado", ressaltou. O magistrado falou também sobre a necessidade de valorização da polícia e do Ministério Público, sobre o Estatuto do Desarmamento e a questão das drogas.

Para o desembargador Marcos Gozzo, após tantos anos como "soldado da Justiça", após décadas "de trabalho árduo e incessante", chegou "a hora de renovar o juramento que fizemos no início da carreira". Para o magistrado é momento de continuar a perseverar nos esforços em aprimorar cada vez mais a Justiça.

O presidente do TJSP, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, saudou os dois desembargadores por suas vidas dedicadas a servir a sociedade, por serem vencedores na carreira, "por terem conseguido desempenhar no mais alto nível de seus talentos as tarefas e responsabilidades que lhes foram confiadas". Para encerrar, o presidente leu uma mensagem (<https://api.tjsp.jus.br/Handlers/Handler/FileFetch.ashx?codigo=95386>) em que afirma que o magistrado deve pedir a Deus que proteja suas dúvidas, decisões, ações e sonhos, pois "o desejo de acertar é importante e merece todo o seu esforço – é ele que o faz ver que tudo é possível, desde que esteja totalmente comprometido com o que faz".

Participaram da solenidade o vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, Márcio França, representando o governador; o vice-presidente do TJSP, desembargador Ademir de Carvalho Benedito; o corregedor-geral da Justiça do Estado de São Paulo, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças; o presidente da Seção de Direito Criminal do TJSP, desembargador Renato de Salles Abreu Filho; o procurador-geral de Justiça do Estado de São Paulo em exercício, José Correia de Arruda Neto; o deputado estadual Caio França; o presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, juiz Sílvio Hiroshi Oyama; o diretor da Escola Paulista da Magistratura, desembargador Antonio Carlos Villen; o presidente da Associação Paulista de Magistrados, desembargador Osclid de Lima Júnior; os ex-presidentes da Seção de Direito Privado do TJSP desembargadores Artur Marques da Silva Filho e Fernando Antonio Maia da Cunha; a juíza assessora da Presidência da Seção de Direito Privado da Associação dos Magistrados Brasileiros, juíza Ana Rita de Figueiredo Nery, representando o presidente; o secretário de Estado adjunto de Assuntos Legislativos da Associação dos Magistrados Brasileiros, juíza Ana Rita de Figueiredo Nery, representando o presidente; o secretário de Estado adjunto de Segurança Pública, Sérgio Turra Sobrane, representando o secretário; o defensor público coordenador do Núcleo Especializado de 2ª Instância e Tribunais Superiores, João Henrique Imperia Martini, representando o defensor público-geral do Estado de São Paulo; o presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo, Braz Martins Neto; o chefe da Assessoria Policial Militar do TJSP, coronel PM Sérgio Ricardo Moretti; o presidente da Associação Paulista de Imprensa, Sérgio de Azevedo Redó; a esposa do desembargador Amable Lopez Soto, Suriane Cunha Álvaro Lopez Soto, e os filhos Lisciele e Leon; a esposa do desembargador Marcos Gozzo, Maria Cristina Moreno Gozzo, e os filhos Bruno e Paulo; desembargadores, juizes, integrantes do Ministério Público, defensores públicos, advogados, familiares, amigos e servidores da Justiça.

Mais fotos no Flickr (https://www.flickr.com/photos/tjsp_oficial/albums/72157687209994042).



AUTORIDADES PRESTIGIAM CERIMÔNIA DE POSSE

COMUNICAÇÃO SOCIAL

[Campanhas \(/doarelegal/doarelegal\)](#)

[Atendimento à Imprensa \(/Imprensa/Imprensa/Atendimento\)](#)

[Material de Divulgação \(/Imprensa/Imprensa/MaterialDivulgacao\)](#)

[Matérias Especiais \(/Imprensa/MateriasEspeciais\)](#)

[Revista JUSTIÇA SP \(https://issuu.com/tjspoficial\)](https://issuu.com/tjspoficial)

NotíciasTJSP

Cadastre-se e receba notícias do TJSP por e-mail

Cadastrar

Tribunal de Justiça de São Paulo

Desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJSP